

**CINQUENTA ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR: ORDEM CÍVICA E
ILEGALIDADE
NO INÍCIO DO GOVERNO DITATORIAL NO BRASIL (1964-1965)¹**

Cristina Ferreira²

Resumo: No decorrer das formulações de salvaguarda do passado, entre a História e a memória, ocorreram disputas acerca da elaboração de lembranças sobre o Golpe Civil-Militar de 1964. Inspirado nas disputas pelas memórias do golpe, o objetivo dessa comunicação é elucidar as articulações políticas engendradas pelo governo do General Castello Branco, por meio da participação civil e militar nas comemorações do imediato pós-golpe e a celebração do primeiro aniversário da chamada “Revolução” (1965). Os discursos predominantes na imprensa diária analisada (*Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*) reforçavam o anticomunismo, a ordem cívica e a proposição de caráter legal atribuído a um movimento civil-militar iniciado por meio de uma ação inconstitucional, que entrou para a história como “revolução”. As comemorações do primeiro aniversário da chamada “revolução” foram marcadas pelo caráter militarista e oficial do evento, com desfiles cívicos e marchas de militares. Além disso, importava aos setores que apoiaram o golpe reforçar o sucesso no expurgo do comunismo, além dos “novos” caminhos abertos para a sociedade brasileira. De certa forma, o novo governo, ao invés de promover uma celebração apoteótica, preferiu marcar suas próprias ações no campo da economia e política como forma de consolidar o poder instituído a partir do golpe civil-militar de 1964. Decorrido um ano dos militares no poder, em 1965, a euforia inicial arrefeceu e a população não tomou mais conta das ruas, portanto, a comemoração mudou o tom e o destaque recaiu sobre a tentativa do governo de se autopromover na exposição de suas ações durante a gestão. As memórias produzidas sobre as comemorações do golpe civil-militar e o primeiro aniversário se constituíram a partir de um campo de disputas. Isso significa que a intenção era promover lembranças do golpe em si como um fato histórico que solucionou os problemas da sociedade brasileira e evitou que o comunismo dominasse a política nacional. Por outro lado, era fundamental praticar uma espécie de esquecimento das ações inconstitucionais que levaram ao movimento de março de 1964, para marcar uma ordem cívica e impor uma política autoritária na condução dos rumos políticos do início do governo ditatorial brasileiro.

Palavras-chave: Golpe Civil-Militar 1964. Ordem cívica. Ilegalidade.

INTRODUÇÃO

No decorrer de 2014 ocorreram inúmeros eventos e foram editados importantes trabalhos na área de História, com o propósito de discutir e problematizar circunstâncias alusivas aos cinquenta anos do golpe civil-militar. Em consonância com essa temática, o objetivo dessa pesquisa que ora se apresenta é elucidar questões acerca da memória do golpe, consolidada ainda durante o período da Ditadura, por meio da divulgação jornalística da participação civil nas comemorações do imediato pós-golpe e a celebração do primeiro

¹ Esse texto é uma versão condensada do artigo publicado originalmente na *Passagens - Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro, p. 191-213, mai./ago. 2017. A pesquisa foi realizada em 2015, sob o título “Entre a História e a Memória: 2014, ano do cinquentenário do golpe civil-militar de 1964”, vinculada ao CEMOPE (Centro de Memória Oral e Pesquisa), da Universidade Regional de Blumenau (FURB) e fomentada pela referida Universidade no Programa de Iniciação Científica (PIPe, Art. 170-SC).

² Doutora em História Social pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas); Professora de História do Brasil Império e Brasil República no Departamento de História da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB; cliocris@gmail.com.

aniversário da chamada “Revolução” (1965), termo utilizado pelos golpistas civis e militares para referenciar o golpe de Estado, ocorrido em 31 de março de 1964.

Dentre as articulações políticas engendradas pelo governo autoritário, com o apoio de autoridades civis, constava um esforço para “cultivar a memória do golpe como intervenção salvadora, em defesa da democracia e da civilização cristã” (REIS FILHO, 2004, p. 39). No decorrer das formulações de salvaguarda do passado, entre a História e a memória, ocorreram disputas acerca da elaboração de lembranças, evocadas a partir do Golpe de Estado de 1964 e do governo civil-militar que passou a vigorar no Brasil. Para dar vazão ao debate em torno desse evento, o artigo que ora se apresenta, discute as circunstâncias em que o golpe foi deflagrado e problematiza as formas de lembrar o evento em 1964 e 1965.

A memória é uma operação vulnerável aos usos e manipulações, além de se alimentar de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções (NORA, 1993, p. 09). Nesse estudo importa pensá-la como “batalhas ou lugares de memória”, não para fabricar verdades históricas e sim, para entendê-la enquanto um elemento que se refaz diante das inquietantes dúvidas que ainda cercam o passado recente da História do Brasil.

Conhecimento histórico e memória são campos permeáveis a interesses particulares ou coletivos, sendo muitas vezes representativos de disputas políticas, sociais e, sobretudo, de registros das práticas de exercício do poder (DELGADO, 2010, p. 126). As escolhas por lembrar ou esquecer se mostravam aparentes, desde que estivessem vinculadas à crítica aos investimentos governamentais para elaboração da memória histórica de certos fatos.

O tratamento delegado às formas de representação do Golpe Civil-Militar de 1964 foi pautado nas tramas constituintes de seu estatuto de veracidade, com o fito de produzir significações acerca de um universo simbólico ou alegórico capaz de incorporar elementos militares ou não, configurados na memória de aspectos da história pátria ou na problematização de novos ângulos do período em questão. O estudo sobre os diferentes elementos de memória atrelados ao Golpe Civil-Militar de 1964, contou com a análise da Imprensa diária de circulação nacional, em especial o *Jornal do Brasil* e a *Folha de S. Paulo*, opção que possibilitou ampliar a compreensão de determinados fenômenos históricos, muitas vezes limitados à “historia oficial” e “memórias biográficas” (MOTTA, 2013, p. 64). Essa construção dos modos de perpetuar a “Revolução” ficou marcada em boa parte da imprensa

nacional, na tentativa de cultuar o fato histórico por meio de desfiles cívicos ou datas comemorativas.

AS MARCAS DA “REVOLUÇÃO” E AS FORMAS DE LEMBRAR MARÇO DE 1964

Pesquisar sobre a memória do Golpe de Estado durante e depois do período ditatorial brasileiro implica refletir analiticamente sobre suas funções, porque a memória histórica que sobrevive não é um conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade (LE GOFF, 1992, p. 535). Nesse caso, os desdobramentos da memória contam com elementos simbólicos que inicialmente parecem estáticos, pois uma “política cultural que oculte as memórias sob uma única memória oficial está fadada à repetição e impedida de inovação, além de tornar-se cúmplice do status quo” (CHAUÍ, 1992, p. 43). Por extensão, a chamada “memória liberal” consolidada era composta por questões vitais que merecem ser discutidas e envolvem momentos iniciais do pós-golpe: a violência do golpe e a inconstitucionalidade da deposição de Goulart. Tais aspectos cruciais, remodelados constantemente, possibilitaram a discussão acerca dos interesses e disputas de memória travadas acerca do fato histórico em questão.

O caráter violento foi mencionado pelo próprio *Jornal do Brasil*, que se declarou alvo de invasão (GOULART..., *Jornal do Brasil*, 1964a, p. 01) e, além dos danos patrimoniais, citou um confronto entre os estudantes e a guarda da aeronáutica. Nesse embate ocorreu um tiroteio e morreu “um menor e [ficaram] sete feridos graves” (GOULART..., *Jornal do Brasil*, 1964a, p. 01), indicativo da presença nas ruas de populares contrários ao movimento civil-militar que havia se organizado, portanto, “a brutalidade do golpe de Estado” também foi marcada pelo “sangue das pessoas que morreram” (FICO, 2014, p. 59). Além disso, prisões e perseguições arbitrárias também foram arquitetadas sob a forma de violência institucional. Os governadores da Guanabara (Carlos Lacerda), Minas Gerais (Magalhães Pinto) e São Paulo (Adhemar de Barros) deram ordens para que os sindicatos fossem invadidos e os indivíduos que estivessem por lá encaminhados à prisão, indicativo do clima de “violência aberta” com alvos evidentes, com “destaque para o movimento sindical” (FERREIRA, 2003a, p. 344). Essas notícias constituem-se em demonstrações importantes, que contribuem para o processo de desconstrução do ideal propagado sobre o caráter não-violento do golpe.

Por conseguinte, a respeito da sucessão presidencial, a historiografia brasileira já esclareceu que João Goulart foi deposto inconstitucionalmente, até porque, ao empossarem Ranieri Mazzilli no cargo, o presidente ainda estava em território nacional. O *Jornal do Brasil* divulgou essa circunstância e demonstrou preocupação com a situação que futuramente poderia se tornar um “problema de ordem constitucional e moral”. Adiante, o periódico pontuou que em virtude de não ter renunciado oficialmente, “o Presidente não poderia ser substituído” e apontou para o que denominava de “quadro da legalidade em cujo nome agiram as Forças Armadas” (GOULART..., *Jornal do Brasil*, 1964a, p. 01). Isso significa que havia uma insistência em reforçar a proposição de caráter legal, em alusão a um movimento civil-militar iniciado por meio de uma ação inconstitucional. Embora fosse uma situação delicada, os golpistas não retrocederam e, mesmo contrários à Constituição Federal, avançaram com suas propostas de restabelecimento da “ordem democrática”, a partir de um movimento de subversão da Carta Magna, ou seja, pela via da inconstitucionalidade.

Na tentativa de conferir legitimidade a um evento inconstitucional, vários recursos foram lançados, dentre eles o proposital “esquecimento” da ilegalidade do ato, prerrogativa que não foi inventada pelos golpistas civis e militares, no entanto, evidenciava que as memórias acerca de eventos que rompem com a ordem estabelecida, frequentemente resultam de um “verdadeiro trabalho organizado” (POLLAK, 1989, p. 04-05), envolto em uma miríade de interesses vinculados ao exercício de poder. Somente quarenta e nove anos após o ocorrido, com o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV), responsável pela análise dos crimes de tortura e outras circunstâncias relacionadas ao cerceamento da liberdade, ocorridos durante os vinte anos (1964-1984) da Ditadura Civil-Militar no Brasil, foi possível anular àquela sessão legislativa responsável pela deposição do Presidente João Goulart, em 21 de novembro de 2013 (FALGÃO, *Folha de S. Paulo*, 2013, p. 10). Tal ato não teve a pretensão de restaurar o passado, todavia, simbolizou o fortalecimento dos preceitos democráticos nacionais e marcou, em termos políticos, a vontade dos brasileiros em reafirmar seu compromisso com os princípios da liberdade como linha mestra da cidadania no Brasil.

Esse caráter golpista executado contra o governo Jango e a posterior tomada de poder ilegalmente em 1964, vigoram fortemente nas análises historiográficas brasileiras recentes e a proposição de estudo que ora se apresenta acerca das memórias do golpe, manifesta características que remetem a pensá-las como um fenômeno em constante construção, pautado em uma multiplicidade de escolhas, vinculadas aos atos de gravar, recalcar, excluir e

rememorar. Tais desdobramentos da memória compõem os fundamentos para a problematização dos motivos que levaram os agentes sociais que vivenciaram o momento, a referenciar o episódio de 31 de março de 1964 como “Revolução”, marca distintiva dos artigos nos principais jornais do período, advindos das falas dos militares e civis que empreenderam o Golpe. No entanto, no calor dos acontecimentos não era cabível adivinhar o que estaria por vir a partir de então. Passados cinquenta anos, com o devido distanciamento do evento histórico, ficam mais nítidas as evidências de seu caráter golpista, principalmente, diante da ilegalidade da deposição do Presidente João Goulart e da arbitrariedade com que foi imposta a nova ordem.

Ao se considerar que os acontecimentos estão circunscritos no seu tempo e espaço, torna-se compreensível que tanto João Goulart quanto “os patrocinadores da derrocada da democracia não perceberam que, em abril de 1964, ocorrera um novo tipo de golpe” (FERREIRA, 2003b, p. 401), sem precedentes na história do Brasil Republicano, revestido sob o manto da “retomada da democracia”, porém, repleto de ações arbitrárias no tocante aos direitos civis. Nos discursos da imprensa, inicialmente, não existia paridade na divulgação sobre o desfecho do golpe de estado e pairava uma insegurança quanto aos seus desdobramentos futuros. No *Jornal do Brasil* entre 01 a 03 de abril de 1964, o evento foi referenciado como a “deposição de Goulart” (Cf. FORA..., *Jornal do Brasil*, 1964, p. 08; GOULART..., *Jornal do Brasil*, 1964b, p. 01) e, das nove notícias sobre o tema, somente duas utilizaram os termos “movimento revolucionário” e “revolução” (Cf. GOULART..., *Jornal do Brasil*, 1964a, p. 01; GOULART..., *Jornal do Brasil*, 1964b, p. 01), com ênfase no que denominavam “vitória da legalidade e da democracia” (Cf. PAULISTAS..., *Jornal do Brasil*, 1964, p. 07; GOULART..., *Jornal do Brasil*, 1964b, p. 01; FESTA..., *Jornal do Brasil*, 1964, p. 01). A tônica da imprensa e de outros segmentos sociais apoiadores do golpe demonstrava seu interesse em torno da deposição de Jango e do expurgo do comunismo, com o propósito de inaugurar um novo cenário político brasileiro, ao invés de revolucionar as estruturas de base da sociedade.

O golpe civil-militar foi saudado por uma parcela significativa de civis e militares nas ruas e as comemorações festivas ditaram o tom do evento em sua constituição como memória. As narrativas acerca do episódio de 31 de março registraram que o dia era de chuva (ZONA..., *Jornal do Brasil*, 1964, p. 07) e isso não impediu que, no início da tarde, as primeiras manifestações se alastrassem pelas ruas das grandes cidades brasileiras, com destaque, para

São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Uma das principais formas de manifestação nas capitais foi a “chuva de papel picado”, combinada com um desfile de “automóveis cheios de pessoas eufóricas” (GOULART..., *Jornal do Brasil*, 1964a, p. 01). Sobre a notícia do afastamento de Jango, conforme noticiou o *Jornal do Brasil*, a classe média paulista transformou as ruas “num mar branco, enquanto outros populares cantavam o Hino Nacional e organizavam passeatas pelas ruas centrais da cidade” (PAULISTAS..., *Jornal do Brasil*, 1964, p. 07), para saudar o patriotismo e enaltecer o nacionalismo e a ordem.

Essa circunstância também foi explicitada em outras notícias com a mesma pauta: a queda do Presidente João Goulart. Em Belo Horizonte não aconteceram passeatas, porém, “enormes filas de automóveis percorreram as ruas centrais, buzinando e comemorando a vitória anunciada por todas as emissoras de rádio” (MINAS..., *Jornal do Brasil*, 1964, p. 04). Além disso, também eram veiculadas notícias em alusão aos “lenços brancos amarrados nas antenas e bandeiras por fora das janelas” (ZONA..., *Jornal do Brasil*, 1964, p. 07) dos carros, em consonância com o ideal do golpe civil-militar como uma ação patriótica e pacífica. Mas, existiam contradições quanto à atmosfera pacífica do evento de 01 de abril de 1964. Afinal de contas, os ânimos se exaltaram e alguns manifestantes chegaram ao ponto de invadirem e atearem fogo “com bombas molotov” (ZONA..., *Jornal do Brasil*, 1964, p. 07) no prédio da União Nacional de Estudantes (UNE). Ficava evidenciado, dessa forma, o envolvimento civil com os acontecimentos políticos nacionais e “as ruas de Copacabana estavam agitadas por moradores – a maioria ouvindo rádios de pilha – que, além de fazerem filas para comprarem alimentos, discutiam a situação política nacional” (ZONA..., *Jornal do Brasil*, 1964, p. 07). Ao se deparar com uma possível crise político-institucional, a primeira atitude da população foi abastecer o estoque de alimentos para se garantir frente às conturbações desse momento político e participar ativamente dos recentes acontecimentos no país. Todavia, as incertezas eram a marca do que ainda estava por vir nesse início da Ditadura no Brasil.

A partir das demonstrações acima denota-se pormenores que circunscreveram a deposição de João Goulart, a imprensa e a memória sobre o Golpe de Estado. O espectro do medo do comunismo corroborado pela imprensa, mesmo após a derrocada da democracia, evidenciavam a importância e, ao mesmo tempo, o caráter incerto desse momento político no imaginário da população brasileira. A participação civil nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade e nas imediatas comemorações, demonstrou que a história política não se faz

apenas com nomes próprios e contribuiu para a consolidação de certa memória sobre o Golpe de Estado, com destaque para as disputas em torno da memória histórica em construção.

A “REVOLUÇÃO” COMEMORA SEU PRIMEIRO ANIVERSÁRIO: ENTRE FESTEJOS E REFORMAS

Os ânimos populares após a euforia do golpe se alteravam constantemente. No período inicial da Ditadura Civil-Militar brasileira, Humberto de Alencar Castello Branco foi o militar responsável pelo exercício do mais alto cargo de poder da nação, a Presidência da República. Sua administração elaborou um aparato legislativo e institucional para o início do governo autoritário, pois “foram editados 4 Atos institucionais, a Lei de Imprensa e a nova Constituição, que selava o princípio de segurança nacional e deveria nortear a vida brasileira” (NAPOLITANO, 2014, p. 73). Além disso, o primeiro ano de Castello Branco como chefe da nação foi marcado por inúmeras oscilações políticas e abriu brechas para a formação de uma “atmosfera de descontentamento” (REIS FILHO, 2002, p. 40), não apenas entre a população em geral, mas também em meio às autoridades civis aliadas aos militares na deflagração do golpe, o que resultou no início da formação de opositores ao governo instituído.

As batalhas em torno das formas de lembrar o golpe civil-militar de 1964 e o período subsequente visavam à consolidação de uma “memória liberal do regime” (NAPOLITANO, 2014, p. 69) nos tempos iniciais, caracterizado convenientemente pelos poderes instituídos como um período “brando” e referenciado como “ditabranda”.³ Essa expressão estava direcionada a desmobilizar o caráter autoritário do governo Castello Branco e não condizia com as ações praticadas nesse período, tais como: inúmeras prisões e a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), transformado em um aparato de investigação para posterior tortura e prisão de cidadãos contrários ao regime em vigência. Por essa exposição de motivos, as análises historiográficas recentes negam a “ditabranda”, sobretudo porque era apenas uma forma de lembrar relacionada ao fato de que em 1968 o regime endureceu e as torturas se tornaram mais violentas.

³ Mais informações sobre a temática ver: FELDMANN, Aline Andressa. *O general Castello Branco e a fabricação da presidência: debates sobre a política de desenvolvimento nacional (1964-1967)*. Trabalho de Conclusão do Curso de História na Universidade Regional de Blumenau, sob a orientação da Profa. Dra. Cristina Ferreira.

Após um ano do golpe de 1964, as formas comemorativas permaneciam atentas à preservação do “ideal revolucionário” como forma de sintetizar os pressupostos do governo recentemente instituído. A programação oficial da comemoração do primeiro aniversário da “Revolução” iniciou já no dia 30 de março de 1965 e na lista constavam as seguintes atividades: entrevista à imprensa; solenidade de assinatura do decreto que aprovou o Regulamento da Lei do Estatuto da Terra e anúncio da concessão de empréstimos da “Aliança para o Progresso”, programa de financiamento dos EUA para o “desenvolvimento econômico” do Brasil. No dia 31 de março de 1965 o evento foi organizado com desfile militar, sessão solene do Congresso Nacional e a instalação da Conferência Nacional de Educação (CASTELO..., *Jornal do Brasil*, 1965, p. 10).

Em 1965, o primeiro aniversário do movimento foi em Belo Horizonte, cidade-sede escolhida de forma intencional “como reconhecimento a Minas Gerais, primeiro Estado que se levantou contra João Goulart” (CASTELO..., *Folha de S. Paulo*, 1965b, p. 07). Como de praxe, o evento militar e cívico foi conduzido com um “desfile de tropas, discursos e festas” com forte esquema de segurança sob a responsabilidade de “agentes do Serviço Secreto do Exército e investigadores do DOPS” (CASTELO..., *Folha de S. Paulo*, 1965b, p. 06). Para estimular a presença do público, o governo federal divulgou na imprensa notas oficiais que solicitavam o encerramento do expediente no comércio, indústria e estabelecimentos escolares às 16 horas. A intenção era relembrar a “ação patriótica de revolta contra a subversão que ameaçava o País, cujo desfecho se concretizou com a vitoriosa Revolução”, com ênfase nas mensagens que referenciavam o aniversário do golpe de estado. As solenidades não se restringiram à capital e se estenderam “a todas as cidades do interior do Estado”, em um movimento de integração nacional que promoveu “palestras cívicas, alusivas à Revolução” (CASTELO..., *Folha de S. Paulo*, 1965b, p. 07).

A cidade-sede escolhida resguardava em si um cenário favorável para o forte apelo à simbologia realizado pelo governo autoritário e essa escolha pode ser compreendida a medida em que se considera a existência de “lugares da memória [...] ligados a uma lembrança” (POLLAK, 1989, p. 03), a exemplo de Belo Horizonte. Portanto, foi realizada uma escolha das características específicas do estado de Minas Gerais na história oficial e tradicional, para enaltecer o fato do golpe ter sido deflagrado por tropas oriundas do território mineiro, que abrigava uma população destacada pela sua “prudência” e “determinação”. Afora isso, falava-se das mesmas Minas Gerais que foi palco da “Inconfidência” e “dobrou os sinos à passagem

de Pedro I” e, em 1964, “se levantara em armas contra a subversão e a corrupção, que punham em iminente perigo toda a nacionalidade” (PRESIDENTE..., *Jornal do Brasil*, 1965, p. 04), em uma clara alusão ao passado como amálgama para defender a nação, o civismo e os nacionalismos.

Um dos principais destaques concedidos nas comemorações do primeiro aniversário da Revolução foi a “quebra de tradição” (COMEMORAÇÕES..., *Folha de S. Paulo*, 1965, p. 01), por parte do Presidente Castello Branco. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o presidente-militar compareceu “ao plenário do Congresso Nacional” e já tinha se passado dezenove anos desde que outro presidente tivesse realizado tal ato. Na sequência, o periódico esclareceu que “a não ser no dia da posse, a presença do chefe do governo no Legislativo é fato deveras raro” (COMEMORAÇÕES..., *Folha de S. Paulo*, 1965, p. 01). Mas, para além do descumprimento protocolar, a simbologia de sua presença no Legislativo também foi marcada pela tentativa de demonstrar que havia um esforço do governo em manter um diálogo entre o Executivo e o Legislativo. Assim, se a presença de Castello Branco no Legislativo foi “por um lado, inovadora”, por outro também resguardava intenções de promover a imagem de um “perfeito funcionamento de Poderes independentes e harmônicos” (HORIZONTES..., *Jornal do Brasil*, 1965, p. 06). A menção ao ideário de harmonia entre os poderes era uma referência às crises enfrentadas na gestão anterior e o choque entre as propostas de ambas as esferas governativas.

Também era representativa a citação das questões reformistas como sinônimo de democracia, pois se é “democrática, a Revolução teve de ser firmemente reformista. Só as reformas, entendidas sem demagogia, serão capazes de conduzir o País à superação dos impasses políticos que vêm marcando as últimas décadas da vida republicana” (HORIZONTES..., *Jornal do Brasil*, 1965, p. 06). Os anos de 1960 apresentaram nítida desigualdade social, portanto, era necessário romper com alguns paradigmas. Nesse sentido, esse discurso estava associado à tentativa de atender demandas sociais prometidas e pouco executadas pelo governo de João Goulart, porém ainda anunciadas pelo governo civil-militar.

Análogo aos festejos não faltaram oportunidades para o Executivo se autopromover perante a população civil. Por conseguinte, as atividades programadas para as comemorações de 1965 foram articuladas com a publicação oficial de assuntos que abarcavam o interesse popular. Nesse âmbito, no cronograma de eventos comemorativos, destacaram-se duas principais linhas de frente do governo Castello Branco, o Estatuto da Lei de Terra e a “Aliança para o Progresso” (alinhamento político e econômico com os EUA).

Quanto ao estatuto da Lei de Terra, referenciado pela imprensa como a “Reforma Agrária”, as notícias relatavam que para marcar as “comemorações que se realizam em todo o país pelo aniversário da Revolução, o presidente Castello Branco deu início hoje, [...] à execução da reforma agrária no Brasil” (CASTELO..., *Folha de S. Paulo*, 1965a, p. 02). Como já mencionado, alguns segmentos que apoiaram o golpe não eram contrários às reformas de base e, seguramente, nesse período, a reforma mais reivindicada era a agrária. Desse modo, investir em um campo discursivo para atrair a população demonstrava a preocupação do governo em restabelecer o apoio civil, outrora declarado abertamente com mais intensidade. Contudo, o que o governo Castello Branco realizou foi uma reforma agrária que “dava ênfase à produtividade e não à justiça social” (SANTOS, 2000, p. 115), sem contribuir na questão social acerca da divisão dos latifúndios. Portanto, evidencia-se que “o golpe de 1964 não foi um movimento essencialmente antirreformista, sobretudo anticomunista”, indicativo de que os debates acerca da questão das reformas de base não eram tão simples, pois “parte dos apoiadores do golpe era favorável a reformas, desde que afastado qualquer perigo de radicalização” (MOTTA, 2014, p. 09-10).

A respeito da política externa do primeiro ano do governo autoritário destacava-se o alinhamento político e econômico com os Estados Unidos, circunstância sobressalente na comemoração do primeiro aniversário da “Revolução”. Inicialmente, o governo Castello Branco manteve relações políticas e econômicas alinhadas com os EUA, em detrimento também do rompimento com as relações diplomáticas com Cuba. Nesse aspecto, o programa “*Aliança para o Progresso*” foi um dos principais responsáveis pelos investimentos dos Estados Unidos no Brasil, após a tomada de poder pelos militares. Em junho de 1964, “providenciaram US\$ 50 milhões, sob a forma de um ‘empréstimo eventual’ [...] em 12 de dezembro, um empréstimo, do mesmo programa de ajuda econômica, de US\$ 150 milhões” (FICO, 2008, p. 145). O dinheiro estrangeiro injetado na economia brasileira também intencionava diminuir as desigualdades sociais, no sentido de evitar os movimentos de esquerda e afastar o perigo vermelho.

As comemorações que marcaram o primeiro aniversário da “Revolução” foram realizadas para promover as ações governamentais, no afã de consolidar o imaginário positivo do movimento civil-militar de 1964. As formas de lembrar o golpe ficaram restritas aos desfiles oficiais das Forças Armadas na cidade de Belo Horizonte e discursos pronunciados por políticos. Portanto, ao preterir os festejos mais elaborados, o governo, por assim dizer,

lançou estratégias para tentar demonstrar que sua preocupação estava mais inclinada à manutenção da ordem e ao reforço do ideal revolucionário anticomunista.

Nas comemorações festivas da chamada “Revolução”, tanto no imediato pós-golpe, como durante a passagem do seu primeiro aniversário, o ponto forte desses eventos recaiu sobre o campo discursivo favorável às ações governistas e ao amplo combate ao espectro do comunismo, presente em inúmeras referências da imprensa. Também foram feitos investimentos no processo de construção da memória, a partir de interesses e vínculos estreitos com a política, corroborados por meio de ações e empreendimentos atentos ao progresso e ao desenvolvimento, lema do governo civil-militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise enfrentada pelo governo de João Goulart se aprofundou em março de 1964 e foi caracterizada pela polarização das representações políticas (esquerdas e direitas). Jango, ao optar pela radicalização política e aliar-se às esquerdas, despertou a insegurança e o medo da classe média, empresários, igreja católica e determinados setores militares que, insatisfeitos com os rumos políticos, se uniram com o objetivo de combater o comunismo e a deposição do Presidente eleito João Goulart. O desfecho dessa situação desencadeou a chamada “revolução” de 1964, assim considerada em função de seu apelo à democracia cristã e à retomada da ordem no país. A deflagração desse episódio marcou o início de uma sequência de rupturas e continuidades na vida política, econômica e cultural da sociedade brasileira.

O discurso anticomunista exerceu papel preponderante na deposição de João Goulart e serviu de suporte para o novo governo justificar o golpe. As imediatas comemorações realizadas a partir do início da Ditadura Militar receberam maior destaque nas grandes cidades brasileiras, mas os festejos foram desencadeados em boa parte da nação, com o propósito de celebrar o imaginário de um novo começo, atrelado à vitória em relação ao afastamento do espectro do comunismo que rondava a nação brasileira. O simbolismo dos elementos cívicos foi mobilizado por intermédio de uma ampla participação civil nos espaços públicos, com destaque para as carreatas e os desfiles que assinalavam o envolvimento da população com o evento e sinalizavam o viés patriótico atrelado às comemorações.

Todavia, nem tudo era festa e comemoração nos momentos iniciais após a queda de João Goulart. Também aconteceram confrontos entre civis e militares que resultaram em

violência e, por extensão, levaram às imposições das autoridades que elaboraram dispositivos legais, pautados em ações arbitrárias que violentavam os direitos civis e aumentavam os poderes institucionais do executivo.

As comemorações do primeiro aniversário da chamada “revolução” foram marcadas pelo caráter militarista e oficial do evento, com desfiles cívicos e marchas de militares, além da celebração realizada em Belo Horizonte, cidade símbolo do movimento, por ter sido a responsável pela deflagração do golpe de estado. Os usos da memória contaram com um maciço investimento na consolidação do ideal liberal do governo e a imprensa referenciava a importância em restaurar a economia nacional, considerada caótica no governo de João Goulart. Por outro lado, vários mecanismos punitivos foram estabelecidos pelo governo inicialmente e, ainda assim, pouco se divulgava ao público das práticas persecutórias e ilegais de aprisionamento de cidadãos contrários às novas formas de governo.

Decorrido um ano dos militares no poder, as formas de lembrar o golpe de Estado que predominaram consistiram em apresentar à população seus efeitos e propostas que, naquele momento, aparentemente ainda pareciam convergir com os interesses populares, a exemplo da tão sonhada Reforma Agrária. Contudo, as ações iniciais do governo não foram eficientes no sentido de diminuir as desigualdades sociais entre campo e cidade. E, em todo o caso, importava aos setores que apoiaram o golpe reforçar o sucesso no expurgo do comunismo, além dos “novos” caminhos abertos para a sociedade brasileira. De certa forma, o novo governo, ao invés de promover uma celebração apoteótica, preferiu marcar suas próprias ações no campo da economia e política como forma de consolidar o poder instituído a partir do golpe civil-militar de 1964.

As memórias produzidas sobre as comemorações do golpe civil-militar e o primeiro aniversário se constituíram a partir de um campo de disputas. Isso significa que a intenção era promover lembranças do golpe em si como um fato histórico que solucionou os problemas da sociedade brasileira e evitou que o comunismo dominasse a política nacional. Por outro lado, era fundamental praticar uma espécie de esquecimento das ações inconstitucionais que levaram ao movimento de março de 1964, para marcar uma ordem cívica e impor uma política autoritária na condução dos rumos políticos do início do governo ditatorial brasileiro.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: _____. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Sec. Mun. Cultura, Dep. Patrimônio Histórico, 1992. p. 37-46.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 123-143, 2010.

FERREIRA, Jorge. Crises da república: 1954, 1955 e 1961. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a. p. 303-342. (O Brasil Republicano, v. 3).

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b. p. 345-404. (O Brasil Republicano, v. 3).

FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964 – 1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 62-85, 2013.

_____. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história e cultura**, n. 10, p. 07-28, 1993.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO; Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**, Bauru: Edusc, 2004. p. 29-52.

SANTOS, Marcelo H. P dos. Roberto de Oliveira Campos: homem de ação do governo Castelo Branco. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 112-121, abr./jun. 2000.

Fontes

CASTELO assina decretos que permitem início da reforma agrária. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 1965a, p. 02.

CASTELO em Belo Horizonte para comemorar o dia da Revolução. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 1965b, p. 06-07.

CASTELO inicia comemorações da Revolução com entrevista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 abr. 1965, p. 10.

COMEMORAÇÕES marcam 1.o ano da Revolução. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 mar. 1965, p. 01.

FALGÃO, Márcio. Congresso anula ato que destituiu Jango. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 nov. 2013, p. 10.

FESTA da vitória leva às ruas 1 milhão de pessoas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 03 abr. 1964, p. 01.

FORA da Lei. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01 abr. 1964, p. 08.

GOULART resiste no sul e o congresso empossa Mazzilli. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 02 abr. 1964a, p. 01.

GOULART toma rumo desconhecido e o Brasil volta à normalidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 03 abr. 1964b, p. 01.

HORIZONTES promissores. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01 mar. 1965, p. 06.

MINAS recebe com desfile de carros, foguete e chuva de papel vitória contra Goulart. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 02 abr. 1964, p. 04.

PAULISTAS jogam papel e cantam hino na queda do Presidente Goulart. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 02 abr. 1964, p. 07.

PRESIDENTE em Minas Gerais: ideais da revolução continuam bem vivos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1965, p. 04.

ZONA Sul festejou com lenço branco o desfile de carros queda de Goulart. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 02 abr. 1964, p. 07.